



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

TILSON ANTÓNIO DIAS ANDRÉ

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL:
POSSÍVEIS IMPACTOS NA SUA APLICAÇÃO EM LUANDA - ANGOLA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

TILSON ANTÓNIO DIAS ANDRÉ

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL:
POSSÍVEIS IMPACTOS DA SUA APLICAÇÃO EM LUANDA - ANGOLA**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

A573i

André, Tilson António Dias.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal : possíveis impactos na sua aplicação em Luanda - Angola / Tilson António Dias André. - 2023.
52 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Luanda (Angola). I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 330.9673

TILSON ANTÓNIO DIAS ANDRÉ

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL:
POSSÍVEIS IMPACTOS NA SUA APLICAÇÃO EM LUANDA - ANGOLA**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades,
na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Aprovado em: 05/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal (Orientadora)

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho ao meu anjo que Deus me concedeu, minha mãe, Laurinda António Dias, por tudo que é, e tem feito por mim, te amo, Mamãe.

AGRADECIMENTOS

Em primeira instância rendo graças a Deus, todo poderoso pelo sustento e direção dos meus passos, em toda minha vida.

A minha abençoada família, começando pelos meus pais, Adriano Pedro André e Laurinda António Dias, aos meus irmãos maravilhosos, Zaqueu Dias André, Hermenegildo Dias André, Licínia Maria Dias André, Fátima Dias André, e a nossa cassule Ângela Jurgeu Dias André, pelo apoio incondicional que têm dado para mim trilhar essa estrada acadêmica. À minha magnífica e maravilhosa orientadora professora doutora Ivette Tatiana Castilla Carrascal é um amor de pessoa.

Agradeço a minha amada e futura esposa Ngouemou Clarisse Cardoso Patrick por estar sempre ao meu lado, ao meu irmão engenheiro Dorivaldo Isaac pela força de sempre, aos meus mestres da Universidade Jean Piaget de Angola, Octaviano Sérgio meu Mentor e o mestre Dorivaldo Guedes, por acreditarem sempre no meu potencial desde o primeiro ano no ensino superior.

As minhas Maninhas do coração, Márcia Issenguele que tem sempre me ajudado desde as inscrições na UNILAB até a presente data, a mana Jandi, a poderosa, a Claudia que me acolheu, ao meu cota Lubienga, Tecadiomona e ao professor Mário pelo apoio incondicional.

De seguida, externo a minha gratidão aos meus amigos do coração, os Amigos da Ciência (ACs), em especial ao Adilson, Samuel, Sacumbo, Elisio, Canuque, José Barbosa, a Mamy Aurora, Zulmira, as minhas madrinhas do coração Genísia e Gisela, a Mentora Cazanga, Rosa, Miriam, e a todos os colegas da Jean Piaget.

A minha mãe que o Brasil me deu que amo muito, Bárbara Leide, aos meus líderes por abrirem as portas para mim, George e Rayane, a minha princesa Sophia, a minha avó Telma, a líder Vane, Jonas, Natali, e a todos os irmãos da Assembleia de São Francisco do Conde que estenderam as mãos para mim.

Aos meus companheiros de batalha, profeta e meu mestre Eliseu Gabriel, ao meu tio, Tiago Vilinga, Tomás, homem das abordagens muito para frente, ao pregador Muango, Almeida, Teresa, Sérgio, Fadário e todos os estudantes da Unilab, sem esquecer todos os tios e tias que nos concedem carona, em tempos de atrasos para UNILAB.

Aos meus pais que me acolheram e cuidaram de mim, em um dos momentos mais difíceis da minha vida, Jaime David e Edna.

Sem esquecer os meus irmãos Jovani, Milton, Josias, Leitão, Paulo, Filipe, Lukeno e todos os guerreiros da entrada 2020.2.

Aos meus educadores que amo muito, Elsa, Veridiana, ao papá Feijó e a sua família, a minha guia Anete que sempre apoiou a minha mãe e família. Aos meus alunos do coração, em especial, a Noelma, Colela, Raíssa, Daniela, Giselle, Ndongua, Casse, Tchindequile, Romilson, Maria de Fátima, Sheila, Anderson.

As minhas sobrinhas do coração que me fazem sempre chorar, Milena Mabila, Elaine, Deusa, Delcia, Adriana e a mais recente Laurinha, vos amo muito.

Aos VM (Voz do metodismo), ao MEE, ao coral da integração pelo apoio espiritual.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva-se em compreender as possíveis implicações de um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para a cidade de Luanda-Angola. Luanda, é o centro do país e a capital das 18 províncias existentes em Angola, desde o período colonial, dada sua história, tem sido marcada por várias crises de ordem, política (escravidão, colonialismo, luta de libertação, guerra civil nos séculos XVIII-XIX). Ordem econômica, com a última crise mais marcante recentemente de 2014 e as dívidas externas, e sociais com o acréscimo das desigualdades. Neste âmbito, esta monografia dialoga com o pensamento de Amartya Sen (2000) para entender o desenvolvimento como liberdade além das ideias de Joseph Ki Zerbo (2013) e Axelle Kabou (2009), para pensar em um desenvolvimento endógeno que demandam respostas internas para África-Angola-Luanda. Pressupõe-se que apesar do crescimento econômico de Angola, em Luanda não se vê refletido o desenvolvimento humano. Por fim, usamos uma metodologia qualitativa, bibliográfica e exploratória, quanto a sua natureza para compreender de forma conceitual as linhas do desenvolvimento humano de Angola em particular de Luanda.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Luanda (Angola).

ABSTRACT

This research aims to understand the possible implications of a Municipal Human Development Index for the city of Luanda-Angola, Luanda, is the center of the country and the capital of the 18 provinces existing in Angola, since the colonial period, given its history, has been marked by several crises of order and politics (slavery, colonialism, liberation struggle, civil war in the 18th-19th centuries). Economic order, with the last most notable crisis recently in 2014 and external debts, and social order with the increase in inequalities. In this context, this monograph dialogues with the thoughts of Amartya Sen (2000) to understand development as freedom in addition to the ideas of Joseph Ki Zerbo (2013) and Axelle Kabou (2009), to think about endogenous development that demands internal responses for Africa -Angola-Luanda. It is assumed that despite Angola's economic growth, human development is not reflected in Luanda. Finally, we use a qualitative, bibliographic and exploratory methodology, regarding its nature, to conceptually understand the lines of human development in Angola, in particular Luanda.

Keywords: Municipal Human Development Index - Luanda (Angola).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU - Organização das Nações Unidas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica aplicada

FJP - Fundação João Pinheiro

ONGs - Organizações Não governamentais

PIB - Produto Interno Bruto

FMI - Fundo Monetário Internacional

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo federal

BM - Banco Mundial

DW - Deutsche Welle; Voz da Alemanha

OGE - Orçamento Geral do Estado

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

FIB - Felicidade Interna Bruta

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

AVS - Atlas da Vulnerabilidade Social

IDF - Índice de Desenvolvimento da Família

UDH - Unidades de Desenvolvimento Humano

INE - Instituto Nacional de Estatística

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

BAfD - Banco Africano de Desenvolvimento

OCDE - Organização de Cooperação do Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA	13
3	HIPÓTESE	15
4	OBJETIVOS	15
4.1	GERAL	15
4.2	ESPECÍFICOS	15
5	METODOLOGIA DE PESQUISA	15
6	REFERENCIAL TEÓRICO	16
6.1	CONCEITUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	16
6.2	TIPOS DE DESENVOLVIMENTO	19
6.3	TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO	21
6.4	PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	24
7	DESENVOLVIMENTO HUMANO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	26
7.1	INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	27
7.2	NOVOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	28
7.2.1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	31
7.3	CÁLCULOS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	34
8	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÓMICA DE ANGOLA	36
8.1	SITUAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA	37
8.1.1	Crescimento econômico em Angola	39
8.2	POSSÍVEIS BENEFÍCIOS E DESAFIOS PARA O IDHM NA CIDADE DE LUANDA	44
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o desenvolvimento humano têm tomado conta da organização política, econômica e social de qualquer país, pois, a preocupação de saber quantos residem em uma localidade faz parte dos princípios para melhor governar através do uso das forças de trabalho e a divisão dos lucros para satisfação das necessidades básicas das populações. Sendo assim, as análises sobre como o Estado arrecada capitais no mercado nacional e internacional, e que o faz para dar à sua população melhores condições de vida, tornou-se tema central nos últimos tempos. Principalmente, desde as constituições dos Estados-Nação e após as independências do jugo colonial.

Outrossim, as discussões sobre crescimento humano e desenvolvimento humano caminham em paralelo, à medida, que se verifica maior crescimento econômico e potencialidade por meio de recursos naturais nos países africanos, porém, se questiona o estilo de vida da população, a sua esperança de vida, e o seu acesso à educação, bem como, os serviços de saúde. Ademais, Angola como um destes países atravessado por inúmeras crises, nos últimos 48 anos (independência), desde o processo colonial, a guerra civil e por fim a crise econômica em 2014, tem criado formas de se (re) construir enquanto Estado, logo, a sua capital, Luanda, tem sido o centro de maior crescimento populacional e econômico, anterior a sua independência, em 11 de Novembro de 1975. (Censo, 2014; Lopes, 2007; Salomão, 2014).

Adiante, Luanda, desde 2019, tem feito parte do ranking entre as 100 cidades mais caras do mundo, segundo a Forbes África Lusófona, 2022¹ Consultora Internacional Mercer, 2014; Guimarães, (2013, p. 11), pelos níveis elevados de custos de vida dos cidadãos. Porém, a cidade de Luanda desde o período colonial sempre teve em destaque, vista como centro das embarcações escravistas até os anos de 1960, caracterizado como início da luta de libertação. Com base nesse processo de independência, Luanda recebeu maior número de migrantes de outras províncias de Angola, e subsequentemente, recebeu maior atenção na construção de infraestruturas e prestação de bens e serviços, como escolas, hospitais, casas, redes de telecomunicações, centrais de acolhimento e produção agrícola.

¹ Segundo a Forbes África Lusófona, publicou o top 10 das cidades mais caras de 2022, em que Luanda fez parte como uma das cidades mais caras para negócios e turismo, sendo que essa dificuldade reflete, de igual modo, aos cidadãos: 1. Nova Iorque (EUA) 2. Genebra (Suíça) 3. Washington D.C. (EUA) 4. Zurique (Suíça) 5. São Francisco (EUA) 6. Tel Aviv (Israel) 7. Los Angeles (EUA) 8. Londres (Inglaterra) 9. Luanda (Angola) 10. Paris (França). Disponível em: <https://www.forbesafricalusofona.com/luanda-e-a-9a-cidade-mais-cara-do-mundo-para-viagens-de-negocio/>

Nesta perspectiva, quanto a situação política, em 2012 o país ainda se encontrava sob liderança de José Eduardo dos Santos e contava com o governador Bento Joaquim Francisco Sebastião Bento, o país vivenciou a pior crise em 2014 com a queda do barril do petróleo, após recuperar da crise mundial em 2008, sendo o petróleo, a maior fonte de renda per capita do país. Após a crise, em 2014, Angola, principalmente a cidade de Luanda, teve um crescimento econômico com base a baixa inflação e a exportação de grandes quantidades de barris, de 71% a 97% de exportações totais, “em 2014 e 2015 os valores das exportações permaneceram à volta do mesmo nível, tendo gerado cerca de 60,2 mil milhões de dólares em 2014” (World Bank, 2016, p. 28). Todavia, nesse período (2014), o valor do petróleo abrandou consideravelmente pela excessiva procura, constituindo uma baixa de 45% da economia mundial e Angolana simultaneamente. (Mollick & Assefa, 2013; Baumeister & Kilian, 2015, citados por Neto, 2017, p. 31).

O que nos chama atenção é que o crescimento econômico parece não ser sinônimo de desenvolvimento humano, ou seja, quanto maior o crescimento econômico, neste caso, em Angola, maior tem sido o custo de vida e a impossibilidade de sobrevivência em Luanda. Lembrando que, Angola é uma república democrática, quanto o seu sistema político de governação, o que apresenta um estilo de governança e administração mais centralizado ao estado e não um modelo descentralizado com autonomia em cada província, apesar do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o Orçamento Geral do Estado (OGE).

2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

A cidade de Luanda é o centro econômico do país, sendo, a capital com maior investimento, em função do seu desenvolvimento desde a época colonial até os últimos 10 anos (2012-2022), uma vez que, se constitui como uma das 100 cidades mais caras do mundo, além da riqueza natural existente do território (Mercer, 2014; Guimarães, 2013). A título de exemplo, a revista Travel Tables, (2023)², apresenta que “o valor total da estadia em Luanda para duas pessoas com um nível médio de consumo de um mês, sem considerar o custo da habitação será de 1381,54 USD, sendo que uma pessoa pode gastar aproximadamente 750 euros”.

² Travel tables (2023) - Custo de vida da cidade de Luanda. Disponível em: <https://pt.traveltables.com/country/angola/city/luanda/cost-of-living/>

Todavia, com base no período delimitado, se percebe a crise do barril de petróleo em 2014, torna-se mais visível o descontentamento dos cidadãos face às prisões sociais e escassez de oportunidades das liberdades básicas de acesso aos serviços de saúde, educação e renda. Lembrando que a economia de Angola quanto ao seu sistema é de mercado (SERROTE, 2020), logo, tem uma dependência nas exportações da sua joia rara a qual é o petróleo. Embora tenha se notado um esforço e aposta nos discursos políticos e legislativos da diversificação da economia Angolana. Com essa dependência à indústria de petróleo, sendo o petróleo uma *commodity* e o seu valor é dependente da balança internacional, logo, a insegurança de Angola depender do petróleo, razão pela qual, as inflações e variações dos preços têm refletido as mudanças bruscas nas agendas de trabalho do Estado Angolano no seu Orçamento geral de cada ano. Todavia, embora se analise a variedade do crescimento econômico e a instabilidade política do país, a população continua manifestando o seu descontentamento. Um deles consiste na **renda** de cada funcionário público que é de 32 mil Kwanzas (200 reais), tendo um saco de arroz variando nos últimos 4 anos entre 12-22 mil Kwanzas (aproximadamente 100 reais).

Além da renda, outros dois pilares fazem parte do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a saúde e a educação. A **saúde** em Angola ainda nos instiga maior investigação, principalmente, pelo número elevado da taxa de mortalidade e com as crises epidemiológicas, como a dengue, paludismo, sem mencionar a Covid-19, (PND, 2018). Já a **educação** tem sido cada vez mais debilitada, pelo número de alunos fora do sistema de ensino e sem condições de materialização das políticas de assistência e permanência escolar.

Em função dos fatos mencionados, entendemos que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um dos marcos para compreensão da qualidade de vida e o bem-estar da população, logo, constitui um caminho desafiador, como categoria de análise sobre os seus indicadores básicos, como a longevidade, educação e a renda da população da cidade de Luanda. Até o momento não tem sido calculado um IDHM para a Cidade de Luanda, mas, a experiência pioneira do Brasil em alguns municípios (Borelli e Neto, 2022) despertou o interesse desta pesquisa no sentido de responder à seguinte pergunta:

Como a educação, renda e longevidade, tem se refletido no desenvolvimento humano na cidade de Luanda entre os anos de 2012 a 2022?

3 HIPÓTESE

O desenvolvimento humano de Angola não se reflete nas condições de vida da população de Luanda, porque o crescimento económico de Angola não caminha paralelamente ao desenvolvimento humano de 2012 a 2022. Apesar que a centralização dos bens e serviços em Luanda constitui a base para um crescimento económico da cidade, porém, não define a qualidade de vida da população, uma vez que, a educação, renda e a longevidade na cidade de Luanda encontra-se abaixo das expectativas de vida da população, por conta do número excessivo de pessoas fora do sistema de ensino, pouco poder aquisitivo e estimativa reduzida de vida.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

- Compreender como a educação, a renda e a longevidade têm se refletido no desenvolvimento humano na cidade de Luanda entre os anos de 2012 a 2022.

4.2 ESPECÍFICOS

1. Descrever a teoria de Desenvolvimento humano como liberdade de Amartya Sen na realidade de Luanda levando em consideração a concepção de desenvolvimento africano de Axelle Kabou e Joseph Ki Zerbo;
2. Apresentar alguns dados sobre educação, renda e longevidade na cidade de Luanda de 2012-2022;
3. Explicar os possíveis benefícios da aplicação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da cidade de Luanda.

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa científica enquanto caminho para a construção de saberes mediante métodos e recursos de investigação é fundamental, a aplicação de caminhos para comprovação e

credibilidade do estudo. Sendo assim, na visão de Gerhardt; Silveira, (2009), os métodos variam quanto a sua abordagem, natureza, objetivos e procedimentos.

Para efetivação desta pesquisa utilizamos a pesquisa qualitativa que na visão de Gerhardt; Silveira, (2009, p. 32), a pesquisa qualitativa é caracterizada pela:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Em função disso, buscamos apresentar dados concretos sobre o IDH em Angola, particularmente olhando para a realidade de Luanda, sendo a capital e o centro económico e histórico do país. Adiante, apresentamos uma pesquisa aplicada quanto a sua natureza, a fim de analisar em prática o número do IDH que revela as condições de vida da população de Luanda e gerar novos conhecimentos para compreender a realidade de Luanda, a partir dos seus indicadores (renda, longevidade e educação). (*Idem*, 2009).

Por conseguinte, caminhamos sobre a pesquisa exploratória ou bibliográfica, segundo Gil, (2007), citado por Gerhardt; Silveira, (2009, p. 35), que procura:

Proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2007).

Assim sendo, partiremos dos estudos sobre o IDHM no Brasil, por ser o primeiro país a adaptar o IDH para municípios, bem como, os relatórios da PNUD, do Atlas para o Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Os artigos de Borelli e Neto (2022), olhando para os programas de ação do governo de Angola sobre a cidade de Luanda como fator primordial para justificar o seu crescimento económico e refletir a sua incidência no desenvolvimento humano, através do OGE (Orçamento geral do Estado), relatórios de governança e observação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) de 2013-2017, aquando da liderança do anterior presidente em memória José Eduardo dos Santos e os planos de 2018-2022.

Por fim, quanto ao seu procedimento, utilizaremos a pesquisa bibliográfica para coleta, processamento e apresentação dos resultados obtidos do estudo.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32 *apud* Gerhardt; Silveira, 2009, p. 37).

Em linhas gerais, se parte da revisão bibliográfica, que consiste na análise de conceitos e teorias sobre o desenvolvimento humano. Dialogamos com a concepção de desenvolvimento humano segundo Amartya Sen (2010), PNUD, IPEA, FJP (2019), a visão sobre indicadores de desenvolvimento humano municipal de Melo (2021), Neto e Borelli (2022). A concepção do desenvolvimento africano na leitura de Serrote (2019), destacamos em seguida, a caracterização da cidade de Luanda com base a visão de Guimarães (2013). Utilizamos, de igual modo, o método descritivo, na análise dos relatórios dos serviços dos ministérios e governos da cidade de Luanda desde 2012-2022.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 CONCEITUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento nos remete a várias interpretações, desde evolução, progresso, crescimento. Todavia, entendemos que essa concepção nos direciona a compreensão de melhoria e mudanças de uma posição menos favorável para mais favorável ou desejada. Por conta disto, é desafiador falar de desenvolvimento sem mencionar o subdesenvolvimento, como, a pobreza, fome, falta de saneamento básico, taxa alta de mortalidade e demais variáveis negativas, uma vez que, a tendência humana é anotar, apontar e criticar o que está errado, não obstante, este não constitui o nosso foco de pesquisa.

O conceito de desenvolvimento, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em conformidade a concepção de Amartya Sen (2010), que se baseia na “expansão das liberdades substantivas das pessoas de que permitem às pessoas fazerem aquilo a que dão valor e que têm motivos para valorizar” (PNUD-ONU, 2019, p. 30; PNUD, Ipea, FJP, 2013, p. 23). Por conta disso, entendemos que o desenvolvimento constitui o caminho para a promoção de oportunidades, a fim de melhorar as condições de vida e o bem-estar da população, verificadas através dos indicadores de desenvolvimento humano. No

entanto, o conceito de oportunidade é entendido como, as variedades de opções de escolhas, bens e serviços a disposição da população para o seu uso benéfico.

Esta visão de desenvolvimento, pela qual nos baseamos, incide sobre análise do desenvolvimento político, econômico e social, sem descartarmos as dimensões do desenvolvimento que devem ser percebidas de forma integrada, ou seja, o desenvolvimento econômico não está dissociado do social, nem o social do desenvolvimento sustentável, nem o mesmo com o tecnológico, nem o tecnológico com o desenvolvimento político. Por essa razão, o economista Melo, (2021, p. 62), nos chama atenção ao entrelaçamento do desenvolvimento, “o desenvolvimento, seja econômico ou geral, deve ser visto de forma integrada a todos os outros aspectos da vida das pessoas (cultural, justiça social, reconhecimento)”. Porém, a concepção chave e o fim último do desenvolvimento, tal como Melo (2021) realça, incide sobre a vida das pessoas, independente das áreas ligadas aos instrumentos do desenvolvimento, a isto, consideramos desenvolvimento humano. Assim sendo, o desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza ou aumento da renda per capita, mas como a ampliação do escopo das capacidades e liberdades de escolhas. Nesta perspectiva, a renda e a riqueza não são fins em si, mas meios para que as pessoas possam viver a vida razoavelmente ou como desejam. (PNUD, Ipea, FJP, 2013, p. 23).

Com base nisto, o economista renomado paquistanês Mahbub Ul Haq, (1995) responsável pela introdução dos estudos sobre o índice de desenvolvimento, enfatiza a ideia sobre as escolhas das liberdades humanas, afirmando que:

As escolhas humanas se estendem para muito além do bem-estar econômico. O conhecimento, a saúde, o meio ambiente preservado, a liberdade política ou alguns simples prazeres da vida podem, ou não ser expandidos através da riqueza nacional, já que não dependem, exclusivamente, da renda. Assim, mais importante do que a própria riqueza em si, deve ser o seu uso e a forma como será investida. (Borelli; Neto, 2022, p. 5).

Logo, o debate entre ter e usufruir do que se tem, representa a riqueza de um povo. Assim sendo, Haq (1995), nos mostra necessário, a reflexão da riqueza no estilo e qualidade de vida das pessoas, partindo das liberdades, como: acesso aos bens e serviços do povo, nomeadamente, a liberdade de expressão ou direitos civis, acesso à saúde de qualidade, a educação, ao saneamento básico e as condições necessárias de vida, sendo que, a não mudança e melhoria das condições de vida das pessoas não se podem considerar desenvolvimento, porém, pode haver crescimento econômico.

A posterior será apresentada a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, apesar de estarem diretamente relacionados, todavia, nem todo crescimento econômico resulta no desenvolvimento econômico. Portanto, Baza, (2021, p. 21), apresenta essa distinção conceitual, sendo que, “crescimento econômico caracteriza aspetos do bem-estar material, “quantidade”, relacionados com os aumentos na produção física do bem, já o desenvolvimento humano caracteriza aspetos do bem-estar social “qualidade”, relacionadas com o bem-estar da população. [...]”.

Com base no exposto e distinção, se entende que o crescimento econômico se baseia na quantidade de produção da renda do país, que envolve ampliação dos bens, ao passo que, o desenvolvimento econômico se reflete na melhoria das condições de vida das populações, isto é, possuir e desfrutar dos serviços básicos em sua vivência.

6.2 TIPOS DE DESENVOLVIMENTO

Atendendo a complexidade da concepção do desenvolvimento, pensamos nós que, o desenvolvimento tem as suas tipologias, porém, o seu fim é único, que é proporcionar o bem-estar e qualidade de vida as pessoas. Dessa forma, consideramos, as seguintes tipologias, como: desenvolvimento político, econômico, sustentável, tecnológico e social.

Seguindo pensamento semelhante ao de Santos et al. (2012), Oliveira (2002) entende que “pensar em desenvolvimento, não apenas o social, mas todo o contexto de desenvolvimento de uma sociedade é, antes de qualquer coisa, pensar em direitos e deveres que podem afetar a qualidade de vida dessa”. (Melo, 2021, p. 65). No entanto, o desenvolvimento se forma mediante várias extremidades, se assim podemos considerar, tal como mencionamos, logo, não estão separados, pois, uma extremidade interfere na outra, essa compreensão nos ajuda a analisar em pormenores as condições de vida das populações, sendo bastante abrangente o contexto do desenvolvimento.

Outrossim, Melo (2021) mencionando os autores, já nos chama atenção em sua afirmação, quando retrata sobre os direitos civis e deveres, que consideramos como desenvolvimento político, caracterizado pela paz social, liberdade e justiça social. Neste contexto, percebe-se no pensamento de Souza, (2012), ser fundamental a relação entre desenvolvimento urbano e justiça social. De fato, “pensar em condições de vida mais igualitárias para o máximo de pessoas, é um caminho na busca pelo desenvolvimento”. (Melo, 2021, p. 69). Este desenvolvimento político urbano, deve ser construído pelos atores sociais, por sua vez, “não há como pensar em desenvolvimento, sem pensar em emancipação,

legitimidade, justiça social, reconhecimento, dentre outras questões que se somem em prol de uma liberdade coletiva”. (Melo, 2021, p. 70).

Partindo dessa perspectiva, entendemos que o desenvolvimento político, está relacionado, com a busca pela equidade social, através das liberdades que devem ser garantidas as populações, tendo em conta, as oportunidades de escolhas iguais para todos. Esses princípios, incide sobre a emancipação, dar lugar e reconhecer que cada cidadão merece um lugar, com respaldo legal (leis), transparência e condições necessárias para o exercício dos direitos e deveres sociais, políticos e econômicos.

A seguir são apresentadas as bases do desenvolvimento sustentável como elemento fundamental para exploração dos recursos naturais para o consumo e comércio, uma vez que, Oliveira (2002), citado por Melo (2021, p. 64) aponta que a humanidade tem sido alertada quanto a exploração dos recursos naturais com maior ênfase no início do século XXI, a partir das organizações mundiais (ONGs), e os países que lutam para o controle da poluição e preservação dos recursos naturais como fonte de manutenção da vida humana, sendo que, a ONU e Ignacy Sachs (2002), nos ajudam a perceber melhor essa questão, se baseando na ideia de que o desenvolvimento sustentável apresenta pilares dos três (B), que são: biomassa, biodiversidade e a biotecnologia. Tais recursos, que fazem parte da natureza, são explorados a fim de serem usados para o consumo humano, portanto, “a biomassa para a sua vida material: alimentos e ração animal, combustível, fibras para vestimentas, madeira para construção de abrigos, mobiliário, plantas curativas, elementos hoje fabricados e usados”. (Sachs, 2002, p. 30).

Sendo assim, o economista e especialista em desenvolvimento sustentável, apela que “deve existir um casamento entre a economia e a ecologia para desenvolver um mundo sustentável”. (SACHS, 2002, p. 60). Dito de outro modo, a exploração dos recursos naturais deve ser calculada a fim de não prejudicar o ecossistema e consequentemente a vida humana.

Por conseguinte, o desenvolvimento econômico tem sido o centro de análise quando se fala de desenvolvimento, e entende-se que o desenvolvimento está implicitamente ao crescimento econômico, logo, quando há multiplicação de rendas, abertura de meios de obtenção de lucros de um determinado país, se verifica crescimento da economia, tal como afirmam, dois grandes economistas mencionados abaixo, em sua obra, “Fundamentos da Economia”. (Vasconcelos e Garcia (2014).

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia,

de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (Vasconcelos e Garcia, 2014; Melo, 2021, pp. 60-61).

Com base nesse exposto, entende-se que só há desenvolvimento econômico quando há de fato, melhoria nas condições de vida para a qualidade de vida, no seu sentido literário, portanto, a destinação do crescimento econômico consiste em medidas para melhor decidir e alocar os derivados da aposta do setor econômico para a satisfação das necessidades da população, reduzindo o alto índice de pobreza, criando oportunidades para mais empregos, reduzir a desigualdade social e melhorar as condições de saúde, permitindo assim, a longevidade da população.

Em linhas gerais, Vasconcellos e Garcia, mencionando Sandroni (1994), enfatizam o seu pensamento, de que, o desenvolvimento econômico como crescimento econômico – incrementos positivos no PIB, acompanhado por melhorias no nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para ele, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região, isto é, depende da sua história, da posição e extensões geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. (Melo, 2021, p. 61). Entendemos, que não se percebe o desenvolvimento sem a compreensão dos processos mencionados, por conta disto, surge nova designação que se enquadra teoricamente com a nossa pesquisa, nomeadamente o desenvolvimento urbano. Embora o economista Celso Furtado, (1995, p. 159), na sua obra sobre coletivização dos meios de produção, afirma que o crescimento econômico não conduz por si só ao desenvolvimento.

Na visão de Theis e Albuquerque (2003), o desenvolvimento urbano é o processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma cidade, ou seja, é o processo localizado de mudança social que tem como propósito último o progresso permanente de uma comunidade e seus respectivos membros que vivem num determinado espaço urbano. (Melo, 2021, p. 69). Portanto, Luanda, a partir do nosso estudo, se caracteriza como a cidade mais desenvolvida de Angola, sendo que almejamos detalhar e analisar os fundamentos do seu desenvolvimento para expansão de outras cidades.

6.3 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Teremos como apoio da nossa abordagem, dois grandes intelectuais africanos, nomeadamente, Axelle Kabou (2013) “Se a África recusasse o desenvolvimento” e a obra de Joseph Ki Zerbo (2009) “Para quando a África”, como epistemologias para pensarmos, para

quando, a cidade de Luanda-Angola, e a melhoria das condições de vida da população, e se essa construção é possível diante dos dilemas econômicos que inibem o progresso de Angola, na totalidade e as demais cidades, além de (Luanda).

Nesta perspectiva, entende-se que após o período das independências do continente (1960), a África se projeta para a reorganização, porém, foi marcada por um conjunto de fatores, tais como: “divisões, golpes de Estado, conflitos internos e externos, projetos políticos frustrados, bloqueio do desenvolvimento econômico-social e intensa intervenção das grandes metrópoles” (Visentini, 2010, p. 9), citado por Serrote, (2019, p. 6), no entanto, foram políticas de pautas do continente, caminhando assim ao que conhecemos como “subdesenvolvido”. Para efeito, os estados africanos tinham as organizações econômicas internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) como a única opção, sendo obrigados a cair na armadilha da dívida que são cobradas até hoje, e impossibilita o progresso econômico dos estados africanos. Angola, não é exceção, atualmente, é o país com mais dívida com a China. Conforme a DW (2023), a situação de Angola nas suas relações fora de África não são as mais favoráveis, sendo que é um dos países com mais dívida externa com a China nos últimos tempos.

Angola é o país africano que recebeu mais empréstimos da China nos últimos 20 anos, foram mais de 42 mil milhões de dólares, segundo a Chatham House, que defende que a dívida da região é uma "prioridade global". Deve mais à China do que os três países seguintes, ultrapassando a soma dos 13,7 mil milhões de dólares da Etiópia, 9,8 mil milhões da Zâmbia e 9,2 mil milhões do Quênia, de acordo com a Chatham House. Instituto Real de Assuntos Internacionais do Reino Unido (Chatham House). (DW, 2023)

Com base nesse exposto, entende-se de Angola se encontra na armadilha de dívida com a China, sendo que o país tem se sentido afogado no processo de liquidação desta dívida, sendo que, especulações são levantadas para apropriação de terras por parte da China, além da ocupação do comércio em Angola e domínio na construção de infraestrutura em Angola, com acordos monetários avultados.

Nota-se que esse processo de descolonização ainda se encontra em movimento (neocolonialismo), e os autores mencionados apontam a uma forma de desenvolvimento em si da África, sem a dependência ocidental. Por conta disto, Serrote (2019), enfatiza a necessidade de resignificação dos modelos adotados pelas elites africanas em seus processos de governação após as independências. Além de Serrote (2019), apresentar as suas indagações que foram suscitadas durante o curso e ao estudar os livros de Kabou (2013) e Ki Zerbo (2009), acrescenta, o seu posicionamento sobre os porquês, e a necessidade de recorrência dos países africanos a

ajuda externa, entendendo que os problemas são endógenos e devem simultaneamente produzir a solução também endógenas. Por esse facto, Gadotti, (2012, p. 15), citado por Serrote (2019, p. 8), nos leva a refletir sobre a necessidade de:

Entender que a solução para os seus problemas não se encontra no ocidente, porque pode ter o colonizador saído, mas o seu espírito continua perpetuado na psicologia das sociedades africanas, pois, [...] nenhum povo, mesmo no período pós-colonial, consegue se livrar de seu colonizador, enquanto não se liberta também de seus referenciais teóricos e de seus paradigmas [...].

Tendo em vista estes aspectos, pensar nas teorias do desenvolvimento africano como marco da desconstrução da concepção do desenvolvimento na perspectiva ocidental dominante nos traz esperança para analisar as possibilidades de um desenvolvimento africano com base nos esforços e desejos que os líderes africanos acarretam, apesar das barreiras que cada país vivencia. Outro ponto fundamental a realçar, é a colonização das mentes como o pior mal que atravessa os estados africanos. Esta herança colonial deposita a fé dos estados africanos sobre a incapacidade de desenvencilhar desta armadilha de dívida externa e da subalternização ideológica, política e econômica. Logo, concordamos com Serrote (2019, p. 9), quando afirma a necessidade de começar a reescrever uma nova África (Nkrumah, 1962), com as bases na integração, tal como apresenta, Ki-Zerbo (2009, p. 12):

É pelo seu “ser” que a África poderá realmente vir a tê-la; mas é preciso um ter autêntico, não um ter de esmola, de mendicância. Trata-se do problema da identidade e do papel a desempenhar no mundo. Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio (Ki-Zerbo, 2009, p. 12), citado por (Serrote, 2019, p. 9)

Esse pensamento deveria comportar a agenda das elites africanas, a fim de trilhar caminhos na busca da restituição da autonomia africana, com base na integração regional, ponto que não descarta o processo de cooperação sul e norte, porém, em modelos diferenciados, sem que a África dependa do ocidente, optando no ter em abundância ou prosperidade através de produções internas para as exportações e não ao contrário.

Portanto, percebe-se que a África é um continente rico e com quadros capazes de pensar e repensar para quando um desenvolvimento africano, sendo os estados africanos agentes ativos e visíveis no cenário internacional e não viver o neocolonialismo moderno, caminhando e sendo movido pelos interesses dos países ocidentais. Outrossim, reconhecer que os estados africanos se encontram em dívidas e sem implementação rigorosa de políticas econômicas continua um enorme avanço para colocar fim ao novo domínio externo. Razão pela qual se apela a

identificação de um modelo único, exclusivo de África de acordo com a realidade de cada país para se tornar viável o desenvolvimento que se almeja para o continente. (Ki Zerbo, 2009; Kabou, 2013; Serrote, 2019).

No caso de Luanda-Angola, os questionamentos não param em se a África, propriamente, não tem riqueza, porém, como a explora para colocar à disposição da sua população, principalmente, em Luanda, com um conjunto de bens e serviços aparentemente difíceis de serem acessados com gratuidade, facilidade e proximidade.

6.4 PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

As abordagens sobre o desenvolvimento são variadas, todavia, nos identificamos com a visão mais humanista, social e funcional do economista indiano Amartya Sen (2000), nos ajuda a compreender, de que forma, deve ser entendida o desenvolvimento, além do crescimento econômico, do dilema do crescimento econômico e populacional de Malthus (1987), do desenvolvimento tecnológico, a dependência da população sobre o estado, enfatizando que os cidadãos são agentes desse processo e fim último do desenvolvimento, nos mostrando de igual modo, através da história que de nada vale o dinheiro se o mesmo não é usado para aumentar a esperança média de vida, ter acesso à educação, aos serviços de saúde, e ter opções de escolhas para uma vida mais feliz das populações. Nesta senda, Amartya Sen (2000, p. 6), problematiza a riqueza inimaginável a um ou dois séculos atrás. Contudo, “os indivíduos sobrevivem a níveis de privação, destituição e opressão, destacando a prevalência dos problemas velhos e novos, como: fomes coletivas, fome crônica, violação de liberdades, desigualdade entre os gêneros, ameaças cada vez maiores à sustentabilidade do meio ambiente e à sociedade como um todo”. Borelli e Neto (2022, p. 6).

Fazendo uma incursão histórica, Sen (2000), abarca as tipologias do desenvolvimento e nos leva a compreender que, com ou sem crescimento econômico os problemas velhos continuam novos desde antanho, que urge, de combater por mudanças epistemológicas e práticas da gestão pública dos estados. Para o membro da PNUD, Sen (2000), entende que desde muito cedo, não se vive o desenvolvimento porque há privações das liberdades legais das populações, ou seja, para Sen (2000) e Ul Haq (1995), citados por Borelli e Neto, (2022), nos levam a entender que há uma privação das liberdades das pessoas independentes do crescimento econômico do país.

Por ausência de liberdades substantivas, o autor entende a pobreza econômica, que retira das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição que permita uma vida saudável, de obter remédios para doenças tratáveis, assim como a oportunidade de ter moradia ou se vestir de modo apropriado. Além da pobreza econômica, o autor enfatiza, também, que a privação de liberdades pode estar relacionada à carência de serviços públicos e assistência social, bem como de sistemas educacionais ou de segurança que sejam capazes de garantir a paz e a ordem. As privações de liberdade podem estender-se, ainda, a restrições com relação aos direitos civis, direitos de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (Sen, 2000), citados por (Borelli; Neto, 2022, pp. 6-7).

Assim sendo, a ideia de liberdade, literalmente, nos remete ao pensamento de que o estado e a população estão presos a um sistema que não o permite, acessar, usufruir que possuem, no entanto, Sen (2000), detalha, as prisões pela qual as populações lutam para ser libertas, para ter saúde e viver saudável, moradia para se instalar, usar os serviços públicos, manifestar e cumprir com os seus direitos e deveres, sobretudo, ter renda básica para aquisição de tudo. Seguindo essa linha de raciocínio, para Sen (2000), desenvolvimento é entendido como a eliminação das privações da liberdade das pessoas. Tais liberdades consideradas substantivas e básicas de vida para qualquer ser humano. Assim sendo, Sen descreve sobre o desenvolvimento que não consiste no fim, porém como processo, pelo que o homem é o agente proporcionador do desenvolvimento coletivo pela sua participação e não recepção dos programas de desenvolvimento elaborados pelo estado ou outras entidades.

O conceito de liberdade, nessa perspectiva, deve ser representado através de seus papéis “constitutivo” e “instrumental”, sendo a expansão da liberdade considerada “(1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento” (Sen, 2000, p. 52). Por liberdades constitutivas, pode-se entender o conjunto das liberdades substantivas que constituem a existência do indivíduo e que viabilizam suas capacidades, como a liberdade de se alimentar, de ler e escrever, de ter acesso a uma vida saudável, de ter renda suficiente para não viver em condição de miséria. As liberdades instrumentais, diferentemente das liberdades constitutivas, estão relacionadas à contribuição dos diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos para a expansão da liberdade, e assim, para o incentivo ao desenvolvimento. Deve-se pensar a expansão de liberdades instrumentais muito mais como um meio do que como um fim para a promoção do desenvolvimento. (Borelli; Neto, 2022, pp. 7-8).

Outras perspectivas de Sen, consiste na desigualdade social e a eficiência dos gastos governamentais, aspecto que, para o economista é analisado, tradicionalmente, pelos seguintes itens: “à esfera da desigualdade de renda, o que afeta a formulação das políticas econômicas, relegando a um segundo plano outros aspectos, como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social”. (*Idem*, 2022, p. 9).

7 DESENVOLVIMENTO HUMANO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Do ponto de vista histórico, o desenvolvimento humano sempre esteve ligado aos índices de desenvolvimento humano, que ganharam maior corpo de investigação, a partir de 1990, com o desenvolvimento teórico com a sua apresentação no relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas, principalmente com os idealizadores economistas, nomeadamente, Mahbub Ul Haq e Amartya Sen. (PNUD, IPEA e FJP, 2013, *apud* Melo, 2021), com importantes contribuições e medidas usadas para avaliar e melhorar as condições de vida das populações, apesar das discussões existentes sobre a objetividade e ampliação dos cálculos e resultados sob particularidade de cada país.

Neste sentido, Rodrigues, *et. al.*, sustenta que:

O conceito de desenvolvimento humano é um processo participativo dinâmico que trabalha a dois níveis: a nível de oportunidades mais amplas e a nível do bem-estar alcançado. As pessoas com boa saúde, educação e esperança de vida longa precisam também da oportunidade de usar as capacidades que adquiriram; precisam, por exemplo, de oportunidades de empregar os seus talentos, estar ativos na organização política, participar na vida social, etc. (2005, p. 127), citado por Pinto, (2010, p. 63).

Percebe-se que o desenvolvimento humano corresponde a um conjunto de ações feitas pelos homens para o seu próprio benefício, porém, que demanda uma organização eficiente para que todos tenham liberdades de escolhas ou oportunidades para proporcionar o bem-estar coletivo.

Conforme a PNUD et al. (2013), [...] o indicador reúne três dos requisitos considerados mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde, ter acesso ao conhecimento – educação e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda. (Melo, 2021, p. 79; PNUD, IPEA, FJP, 2013, p. 25).

Diante deste processo histórico, e a abrangência dos estudos sobre desenvolvimento humano acompanhado do IDH, a ideia principal permanece, que é ter uma vida digna. Com base nisto, os indicadores ajudam-nos a entender como funcionam as liberdades inerentes ao desenvolvimento da pessoa humana. Por conseguinte, serão analisados cada indicador de forma detalhada, começando pela “vida longa e saudável (longevidade)”.

Com a expansão do capitalismo, hoje nada mais tem sido de graça ou sem custo, logo, implica o desenvolvimento da capacidade ou poder aquisitivo da população, para oportunizar a satisfação das necessidades básicas, o que implica também, postos de trabalhos dignos para

manter a possibilidade de compra constante. Atualmente, em Angola, tem-se dito, a título caricato, “que se trabalha para comer”, isto nos leva a outras reflexões já mencionadas e a serem abordadas adiante. Portanto, sem capitais, torna-se impossível a obtenção de elementos básicos como roupa, comida, ensino, assistência médica, abrigo para se viver, etc.

Contudo, salienta o PNUD (2019), apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH, sendo que, muitos pesquisadores e estudiosos do tema, além da própria ONU, perceberam que o IDH não era a “solução definitiva” para se medir o desenvolvimento. Desta feita, vários foram os estudos que vieram para contribuir e complementar o IDH. (Melo, 2021, pp. 80-81)

Esta afirmação e declaração, tem sido consensual entre os estudiosos, o IDH não define o melhor lugar para se viver, nem felicidade pela complexidade humana, isto nos leva a pensar na sua importância, e, porque usar para medir o desenvolvimento se não tem maior relevância, porém, o desenvolvimento tem sido completado desde a sua construção em função das mudanças ao nível mundial e cada país implementa com as suas finalidades, recursos e tratamentos, que caracteriza a sua importância em função do fim que se destina, que é a melhoria da qualidade de vida das populações.

Consoante a PNUD, no seu relatório de 2021/2022 (p. 274) sobre o Desenvolvimento Humano, Angola está na 148 posição de 191 países, embora fazendo parte do grupo dos países com o IDH médio com 0,586 (dados novos). Em 2017, verificou-se um crescimento do IDH Angolano, sendo considerado médio neste ano, e entende-se que há sempre uma variação em todos os anos, sendo que, em 2017, foi um ano estratégico, por conta das eleições que se avizinhava, bem como, a aproximação da implementação da Zona de Livre Comércio Continental Africano em 2018. Ainda assim, Angola, não se encontra em boa posição atendendo os recursos que possui, ou seja, potencialidade para melhorar não só estatisticamente os números, sobretudo, a vida das populações.

7.1 INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O desenvolvimento humano sempre foi acompanhado do IDH, nos últimos, anos, vários estudos têm complementado a compreensão sobre a complexidade da qualidade de vida e do bem-estar, das populações, do ponto de vista técnico, há muita discussão entre índice e indicadores do desenvolvimento humano, sendo assim, nós apresentamos as possibilidades de

separação (diferença) e os pontos que os une em apenas como instrumento de aferição das variáveis que se deseja analisar.

Existe certa confusão sobre o significado de índice e indicador, nos quais muitas vezes são erroneamente utilizados como sinônimos. De fato, em uma análise superficial e de senso comum, índice e indicador podem possuir o mesmo significado. Contudo, esclarece Khanna (2000), para fins de pesquisa científica, a diferença está em que um índice é o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõem. Pode-se dizer também que um índice é simplesmente um indicador de alta categoria. (Melo, 2021, p. 74).

Contudo, em função da implicação do índice e do indicador, julgamos ser indissociáveis, logo, podemos perceber como sinônimos e são analisados ao mesmo tempo. Partindo de um conceito estatal, o MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo federal, 2007) define indicadores como:

Instrumento capaz de medir o desempenho de um programa, devendo ser passível de aferição e coerente com o objetivo estabelecido, ser sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno. O indicador permite, conforme o caso, mensurar a eficácia ou efetividade alcançada com a execução do programa. (Melo, 2021, p. 72) Já para Costa (2008), os indicadores são instrumentos que reduzem grande quantidade de informação a um número apropriado de parâmetros para análise e tomada de decisão, traduzindo conceitos abstratos e difíceis de serem mensurados em entidades operacionais e mensuráveis, fornecendo uma informação sintética sobre determinado fenômeno. Seu uso possibilita revelar condições e, ao mesmo tempo tendências, apontando aspectos deficientes ou aqueles que necessitam de intervenção. (Melo, 2021, pp. 72-74).

De forma resumida, entende-se que os indicadores permitem analisar o cumprimento do programa implementado, ou seja, avaliar se, de fato, os objetivos foram alcançados ou não. Em função deste raciocínio de Costa, se entende, que essa visão técnica e ampliada, bem como simplista, os indicadores são cobertos de informações não expressas, ou seja, são maioritariamente representadas por números, que permitem tomada de decisão, identificação do problema e possibilidades de mudanças, em um determinado período.

7.2 NOVOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atendendo, a insuficiência do índice do desenvolvimento humano, bem como, a indeterminação do índice do desenvolvimento humano municipal, há novas medidas complementares para estudar a qualidade de vida e o bem-estar das populações. Neste contexto, passaremos analisar como se caracteriza os novos índices de desenvolvimento humano.

O índice de Felicidade Interna Bruta - FIB (Louette, 2007, p. 39-40), criado pelo governo do Butão, caracteriza-se por ser de grande abrangência (constituído por 72 variáveis) e por mensurar os aspectos subjetivos da existência humana. A proposta principal deste indicador é a de se medir a felicidade. (Borelli; Neto, 2022, p. 18). O FIB assume a “felicidade” através do conceito de “união”, considerando que pessoas que alcançaram boas satisfações em todas suas nove dimensões, nas quais estão inclusas 72 variáveis, são consideradas felizes. As nove dimensões principais do FIB são, respectivamente: a) bem-estar psicológico; b) uso do tempo; c) vitalidade da comunidade; d) cultura; e) saúde; f) educação; g) diversidade do meio-ambiente; h) padrão de vida e i) governança (Borelli; Neto, 2022, p. 18).

O índice de felicidade interna bruta é um novo indicador aplicado pela primeira no estado Butão, que possui as suas características próprias, comportando 72 variáveis resumidas na análise dos 9 indicadores, abaixo mencionado. O que se questiona sempre é o que felicidade? Embora sendo, um conceito bastante filosófico, a felicidade recai sobre o bem-estar das populações. Ademais, a consolidação da visão de felicidade como união, urge a atenção sobre as dimensões do FIB, que se constitui o fim das políticas públicas, e não considera o desenvolvimento como riquezas materiais, porém, a paz, o bem-estar psicológico, a satisfação das necessidades básicas, como fome, abrigo, educação, saúde de qualidade como prioridade no processo de governança.

O estudo sobre o FIB ainda é muito analisado e discutido, por se tratar das questões subjetivas, relativas e variáveis de pessoas para pessoas, sendo que, a diversidade dá beleza ao mundo, porém, as mudanças constantes, dificultam cada vez mais o encontro da unidade na diversidade humana para melhor convivência social e mundial. Sendo que a experiência com o FIB no Butão vem inspirando a criação de versões ocidentais desse indicador. “Acompanhar o efeito acumulado do consumo humano dos recursos naturais e da geração de resíduos é uma das chaves para alcançar a sustentabilidade” (Louette, 2007, p. 54 *apud* Borelli; Neto, 2022, p. 19).

A sustentabilidade ainda é um caminho que o homem procura conter, pois, tem sido difícil, principalmente nos países considerados subdesenvolvidos pouca preocupação com a exploração de terras para gerar recursos, diferente de outros países, todavia, as novas abordagens voltadas para o desenvolvimento sustentável têm despertado a atenção dos estados para o equilíbrio entre o consumo e exploração. Assim sendo, a pegada ecológica, é um novo indicador importante para entender o cuidado sobre os espaços.

A Pegada Ecológica, enquanto indicador que mede a sustentabilidade ambiental do planeta, de países, regiões, estados, empresas e indivíduos. Seu coeficiente é obtido através do cálculo de estimativas, acerca da velocidade que a humanidade está utilizando os recursos disponíveis, em relação à capacidade do planeta em se regenerar. De acordo com a WWF-BR (2012), a Pegada Ecológica tem como

característica utilizar uma metodologia pautada na contabilidade ambiental, que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais, refletindo, também, a sustentabilidade do desenvolvimento humano. (Borelli; Neto, 2022, p. 19). Este indicador, criado pela equipe de Mathis Wackernagel e William Rees, da University of British Columbia, desde a sua criação, em 1993, vem sendo aprimorado. Atualmente, a Pegada Ecológica vem sendo divulgada através de relatórios publicados pela Global Footprint Network, em parceria com a WWF International. [...] A pegada de uma população poderá ser definida através do coeficiente obtido, calculando-se a quantidade total de áreas de terra e água biologicamente produtivas, exigidas para produzir os produtos consumidos e absorver os resíduos que tal população elimina, utilizando a tecnologia atual. (Borelli; Neto, 2022, p. 19)

Logo, entende-se que, se o homem não tiver domínio e controle de como usa os recursos naturais, pode se virar contra, embora são usados a favor da existência humana, porém, tem colocado a terra em um estado de revolta, sob utilização de recursos de estimulam e aceleram a produção de produtos, sem considerar o seu processo natural. Portanto, a Pegada Ecológica é também um indicador da sustentabilidade da humanidade que nos permite entender até que ponto os recursos naturais se encontram aptos para ainda serem explorados ou não, bem como, a reutilização dos recursos usados.

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é, a partir dele, o Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS) é um trabalho desenvolvido pelo IPEA em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) e possibilita a consulta, em diversos formatos de dados sobre a temática da vulnerabilidade social, estimulando e facilitando a produção de análises e informações (IPEA, 2019 *apud* Melo, 2021, p. 83). Ainda, oferece um panorama da vulnerabilidade e da exclusão social dos municípios, estados e regiões metropolitanas. O IVS tem por objetivo oferecer instrumentos de análise e compreensão das desigualdades socioespaciais, visando a democratização de informações no âmbito municipal e metropolitano, contribuindo para o fortalecimento das capacidades locais, o aprimoramento da gestão pública e o empoderamento dos cidadãos brasileiros por meio da ampliação do conhecimento sobre a sua realidade (IPEA, 2019 *apud* Melo, 2021).

Os dados apresentados são do estado brasileiro, por serem os primeiros a implementarem esse indicador, a fim de recolher informações a respeito das condições sociais das populações, bem como a sua comparação com as demais cidades.

O Índice de Vulnerabilidade Social busca a harmonização dos estados e regiões, uma vez que se encontram defasadas em função dos investimentos particulares e do estado, tal como o nosso estudo, não há comparações equitativas de Luanda com as demais províncias, razão pela qual, maior parte da população migra para obter os serviços básicos. Isto implica, também, análise nas políticas de governação, bem como, a ausência das autarquias que permite uma governação local.

Em Angola, em especial, muito se discute sobre as habitações e a carência, bem como, o número de pessoas sem abrigos, lógico, que são questões de políticas públicas que nos últimos tempos, torna-se mais difícil a obtenção de uma residência, sabendo que também depende muitas variáveis em jogo. Parece que não, mas há um ciclo imutável entre a renda, a aposta no capital humano e a satisfação das necessidades básicas das populações que carecem de maior atenção.

Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) A construção das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), foi um estudo realizado no ano de 2013, numa parceria entre o PNUD, o IPEA e a FJP; além do apoio do governo federal (ATLAS, 2013). As UDHs são recortes territoriais localizados dentro das áreas metropolitanas que podem ser uma parte de um bairro, um bairro completo ou, em alguns casos, até um município pequeno. A definição dos limites das UDHs é entendida a partir da homogeneidade socioeconômica delas, formadas com base nos setores censitários do IBGE (Atlas, 2013 *apud* Melo, 2021, p. 88).

A unidade de desenvolvimento humano funciona como categoria de análise comparativa entre as cidades, e dependem de fatores socioeconômicos para a sua observação. Essa medida se alinha com o visando estudar de forma restrita uma determinada demanda, em função da sua geografia, para melhor solucionar os problemas presentes.

Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) é um indicador sintético que agrega diversas dimensões para formar um único número. [...]. (Barros; Carvalho; Franco, 2003). A definição de quais devem ser esses indicadores e pesos não obedece a uma solução matemática relacionada ao cálculo do indicador, mas devem provir do debate da sociedade. No caso específico do IDF cada uma das dimensões acabou recebendo o mesmo peso. Além da possibilidade de ser calculado no nível de cada família, o índice possui características que permitem que ele seja fácil e aditivamente agregável, de forma a se obter o grau de desenvolvimento de qualquer grupo demográfico (Barros; Carvalho; Franco, 2003, *apud* Melo, 2021, p. 90).

O índice de desenvolvimento da família é um indicador muito amplo que resume o estado das famílias enquanto núcleo social. A sua constituição surge em função de medidas sociais que são aplicáveis e desenhadas em função do que se destina analisar, todavia, ela resume como as famílias vivem e sobrevivem.

7.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

O índice de desenvolvimento humano municipal surge com o objetivo de analisar o desenvolvimento urbano restrito, que possibilita a construção de visões, projetos, e instrumentos para uma determinada população sitiada em um espaço.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) No ano de 1998, o Brasil foi um dos primeiros países a adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os municípios brasileiros, com dados do Censo Demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2003, uma nova edição trouxe a série histórica de 1991 e 2000 para todo o país, sendo hoje o índice uma referência nacional para a sociedade e um dos casos de sucesso mundial na aplicação e disseminação do IDH no nível subnacional. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda. (PNUD, IPEA e FJP, 2013, citados por (Melo, 2021, pp. 26-81).

Em função do exposto, o IDHM é um instrumento de avaliação econômica recente, cujo Brasil se destaca como referencial no processo de aplicação de novos recursos de análise da qualidade de vida das populações de cada estado, razão pela qual, se torna importantíssimo analisarmos de forma indutiva, ou seja, olhar para o particular a priori e a posterior olhar para o geral, sendo que, nos dará bases suficientes para ampliação das reflexões e possibilidades de mudanças. Ainda sob visão das instituições mencionadas, o IDHM não difere muito do IDH quanto às suas medidas, sendo que é calculado os mesmos índices, porém, em um determinado espaço. De forma sucinta, o IDHM também avalia a esperança média de vida, a educação e a renda da população.

Um dado importante é que “destaca-se, ainda que o IDHM não abrange todos os aspectos do desenvolvimento humano, não considera variáveis como felicidade e nem indica qual o melhor lugar do mundo para se viver”. (Borelli; Neto, 2022, p. 15-16). Porém, nos dá bases para refletir diversas situações e ações públicas do estado, que evita o fluxo migratório para o centro, tal como Borelli; Neto, (2022, p. 16), acrescenta que “em municípios, ocorre frequentemente de os indivíduos migrarem de um município para outro para estudar, trabalhar, dentre outras diversas atividades”.

Quanto ao índice de Desenvolvimento Humano Municipal, as três dimensões são avaliadas: “Na saúde são analisados, a variável é a esperança de vida ao nascer”, “na renda, a variável é a renda Nacional Bruta per capita”, e na “Educação, é a combinação de duas variáveis-média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e expectativa de anos de estudo”. Por fim, o ranking do IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões. (PNUD, IPEA, FJP, 2013, p. 27).

Quanto às formas de ler o IDHM, percebe-se que a faixa varia de 0 até 1, se estiver próximo ao 1 está mais próximo do desenvolvimento municipal, lembrando que a escala varia de muito baixo (0-0,499), baixo (0,500-0,599), médio (0,600-0,699), alto (0,700-0,799), muito alto (0,800-1). (PNUD, IPEA, FJP, 2013, p. 27).

Vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade. O IDHM Longevidade é usado para medir as oportunidades reais de viver uma vida longa e saudável, que se substanciam na criação e manutenção de um ambiente saudável, acesso e tratamento de saúde de qualidade. Este índice resume o nível de mortalidade e as condições socioeconômicas da população, que sugere melhoria das condições de vida. (PNUD, IPEA, FJP, 2013, p. 29-47).

A longevidade compreende a medida do tempo de vida médio de cada pessoa, logo, se entende que a sua subida ou redução são influenciadas por múltiplos fatores, tais como, a alimentação que exige um poder aquisitivo, ou custo de vida acessível de acordo a realidade da sociedade, condições de saúde, ou assistência médica com cuidados preventivos e remediados, sobretudo, o saneamento básico.

Acesso a conhecimento: É medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilitará aos gestores identificar as crianças e jovens que estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE. (*Idem*, 2013).

O número de pessoas dentro do sistema de ensino avalia o investimento feito na educação e as descobertas a serem feitas no processo educativo dos cidadãos e no seu crescimento tecnológico e inovações, ou seja, quanto mais educação mais desenvolvimento das capacidades humanas para o exercício das suas oportunidades ou liberdades.

Padrão de Vida: É medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE. IDHM Renda: Este índice é medido pelo “processo de livre privações das necessidades básicas individuais, como água, alimento e moradia e formas de assegurar um padrão de vida digno, que é medido pela renda per capita, (indica a capacidade média de aquisição de bens e serviços dos habitantes) ou seja, renda mensal dos indivíduos residentes em determinado município”. (PNUD, IPEA, FJP, 2013, pp. 29-75).

O padrão de vida acessível, é o que se espera de toda e qualquer sociedade. Acessível, consideramos toda ação que proporciona aos cidadãos desfrutarem dos bens e serviços

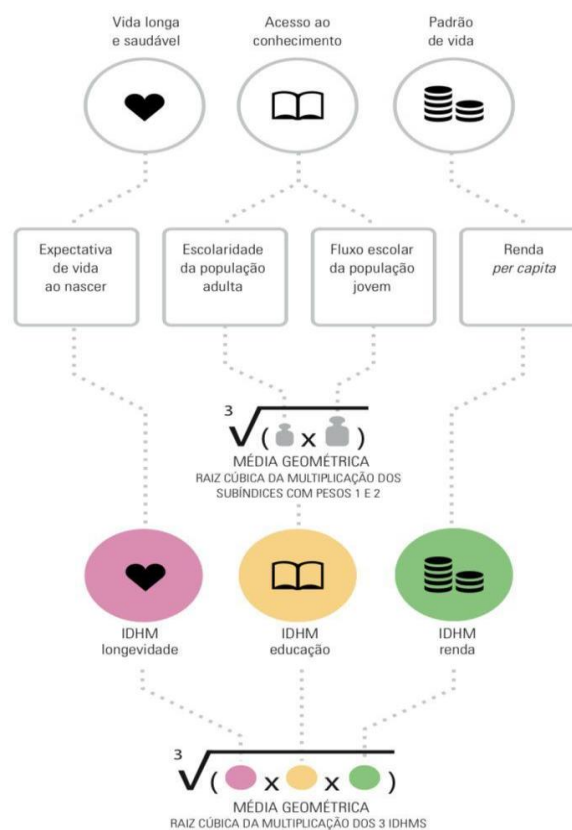
elementares de sobrevivência dos indivíduos, tal como foi nomeado acima. Importa realçar, que a redução de desigualdades como ausência de políticas públicas voltadas à habitação tem despertado a nossa atenção, pelo número de pessoas sem abrigo (moradia), condições financeiras para se sustentar.

7.3 CÁLCULOS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

Neste tópico são apresentadas as formas de cálculos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, os seus benefícios e possibilidades da sua aplicação no processo de administração e gestão na cidade de Luanda.

Quanto ao índice de Desenvolvimento Humano Municipal, as três dimensões são avaliadas: “Na saúde são analisados, a variável é a esperança de vida ao nascer”, “na renda, a variável é a renda Nacional Bruta per capita”, e na “Educação, é a combinação de duas variáveis-média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e expectativa de anos de estudo”. (PNUD, Ipea, FJP, 2013, p. 27).

Figura 1 - Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: PNUD, Ipea, FJP, (2013, p. 16).

O cálculo do IDHM incide sempre sobre a qualidade de vida das populações locais, onde são avaliadas inúmeras variáveis implícitas nos indicadores como, Educação, Renda e Longevidade.

Quanto a educação são medidas duas variáveis, a primeira com o peso 1, medindo o número de pessoas com 18 anos ou mais com o ensino fundamental, o que seria a 9ª classe para Luanda-Angola completo, e o 2 peso que avalia a frequência escolar da população e se estão nas classes adequadas de acordo a faixa etária, dito de outro modo:

O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. (PNUD, Ipea, FJP, 2013, p. 16).

Por outro lado, a renda per capita é medido pela renda do município distribuída em cada cidadão, porém, ela recai na “paridade do poder de compra” que a capacidade de cada cidadão adquirir um bem e serviço. Segundo a PNUD, Ipea, FJP, (2013, p. 16), a renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda.

Todavia, importa realçar que a distribuição da riqueza de Angola é realizada anualmente em função do Orçamento Geral do Estado (OGE), e não há uma contabilidade de renda por municípios ou províncias. Já a longevidade ou vida longa é medido pela média de anos de vida de uma determinada população em uma localidade, desde o seu nascimento.

Por conseguinte, é importante saber ler o IDHM e entender a importância do IDHM, tal como: “**Contraponto ao PIB:** o IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que o desenvolvimento se limita a crescimento econômico”, segundo, “**Comparação entre municípios:** ao sintetizar uma realidade complexa em um único número, o IDHM e seus três componentes viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo” e por fim, **Estímulo a melhoria:** o ranking do IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões (PNUD, Ipea, FJP, 2013).

Após a definição dos valores mínimos e máximos, os subíndices referentes às três dimensões do IDH (educação, saúde e rendimentos) são calculados da seguinte forma (PNUD, 2010, p. 152): Equação 1: Índice de dimensão = (valor real – valor mínimo) / (valor máximo – valor mínimo) Para o cálculo definitivo do IDH utiliza-se a média geométrica dos três índices de dimensão, (vida, educação, rendimento). Com relação

à dimensão “renda”, enquanto o IDH global utiliza a Renda Nacional Bruta per capita em paridade de poder de compra, o IDHM considera a renda municipal per capita, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em um determinado município, expressa em Reais por meio da renda per capita municipal. (Borelli; Neto, 2022, pp. 14-17)

Segundo Borelli e Neto, (2022, pp. 15-16), o IDHM contribui, também, para a superação de desafios locais referentes ao estado da qualidade de vida, nas unidades federativas, municípios, regiões metropolitanas e unidades de desenvolvimento humano.

8 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÓMICA DE ANGOLA

Angola é um estado independente desde 1975, está situado na região ocidental da África Austral, a sul do equador, estendendo-se por uma superfície de 1.246.700 km² e faz fronteira, a norte, com a República Democrática do Congo (Ex-Zaire) e a República do Congo, a Leste com a Zâmbia e a República Democrática do Congo, a sul com a Namíbia e a oeste com o Oceano Atlântico numa faixa costeira de aproximadamente 1.650 km. (Fortes; Makanda, 2012, p. 3). “Etimologicamente Angola deriva de “Ngola” nome atribuído a uma dinastia dos povos Ambundo, fixados no médio-Kwanza” (Zau, 2002, p. 32 *apud* De Matos, 2019, p. 6).

Quanto à língua oficial, “o português é a língua oficial de Angola, mas são faladas várias línguas étnicas como o Umbundo, o Quimbundo, o Kikongo, o Ganguela etc”, em diversas regiões do país. (INE, 2016, *apud* De Matos, 2019, p. 6).

Do ponto de vista geográfico, Angola é um país rico em recursos naturais, particularmente o petróleo. (Relatório da Oxfam, 2001, p. 2). Apresenta uma população aproximada a 25,7 milhões de habitantes, povoados nas 18 províncias de Angola. (Censo, 2014). Atualmente, é um país democrático (Constituição da República de Angola, 2010), após dois grandes períodos que marcam a sua história, nomeadamente a luta colonial contra os portugueses, culminando, em 1975, com a proclamação da sua independência e a posterior conquista da paz e reconciliação nacional, fruto da guerra civil entre as facções, que teve início em 1976 e findou em 2002. A cidade de Luanda, considerada desde o período colonial (1575), e “conhecida internacionalmente no século XVI, como mercado escravagista”. (Guimarães, 2013, p. 43). Adiante, o autor mencionado, nos leva entender que houve um investimento na cidade de Luanda e conseqüentemente um crescimento econômico, com a priorização e exploração de atividades econômicas como a pesca, recursos naturais (produtos agrícolas e minerais), com o fim da escravatura (tráfico negreiro), em 1888, apesar de ainda ser praticada

ilicitamente, portanto, neste período, a cidade foi dividida como cidade alta e baixa, em função das atividades econômicas (comércio) exercidas sobretudo na parte baixa.

Com o processo de administração colonial em Angola, a partir de 1960 a luta de libertação de Angola, com os seguintes partidos políticos, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União para Independência Total de Angola (UNITA), e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que conquistou a independência em 1975, e seguiu com a guerra civil, ainda no mesmo ano, este facto, contribuiu para as mobilidades e fluxos migratórios para a cidade de Luanda.

Após o fim da guerra civil, em 2002, surgiram novos modelos de governança. Neste sentido, a estrutura de programas de ação do Estado é escrita e aprovada a nível nacional e internacionalmente, conhecido como Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN). O PDN é definido como instrumento de governança dos estados, dada a sua agenda de trabalho, previsões e objetivos a serem cumpridos visando a promoção, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e bem-estar das populações durante o mandato presidencial. No entanto, o programa em análise sucede ao plano de desenvolvimento nacional aplicado em 2013-2017, aquando da governança do ex-presidente José Eduardo dos Santos e do partido no poder MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) que foi substituído pelo atual presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, em 2018.

8.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA

A economia do estado angolano é uma com maior atenção de estudos nos últimos tempos, sendo, o prisma pela qual se entende o contexto de todos os fenómenos existentes, tal como, o próprio desenvolvimento humano municipal. Para a nossa melhor compreensão analisaremos a situação económica de Angola em dois períodos, definidos por modelos de governança distintos. O primeiro período de 2013-2017, sob último mandado do memorável presidente José Eduardo dos Santos e o segundo período compreendido de 2018-2022, com o atual presidente da república, João Manuel Gonçalves Lourenço.

De causas a efeitos, o sistema económico de Angola se caracteriza como difuso, no sentido de ser enigmático definir se é socialista ou capitalista, porém, o modelo centralizado prevalece desde a retificação da constituição angolana de 1975-1992. (Santos, 1990; p. 1). Assim sendo, Angola passou por vários processos de transição política, caracterizado o primeiro, por um modelo de economia socialista (economia centralmente planejada) de 1975 a

1987, o segundo marcado por uma economia neoliberal (liberalismo econômico) de 1988 a 2001. (Serrote, 2020, p. 1).

Segundo a revista do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e a Organização de Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobre Perspectivas Econômicas na África, (2005, p. 2), apresentam as bases da economia Angolana, afirmando que:

Os diamantes e, em especial, o petróleo offshore dominam a economia nacional, sendo responsáveis pela quase totalidade das receitas. No entanto, estes sectores estão muito pouco articulados com o resto da economia. A agricultura e as indústrias manufatureiras ainda sofrem com o legado deixado pela guerra civil – infra-estruturas arruinadas, falta de capital físico e financeiro, governos pobres e a presença alastrada de minas em algumas regiões – sem contar a necessidade de realojar 4 milhões de pessoas desalojadas pelo conflito.

Embora os expostos nos remontam à análise do processo da reconstrução da economia após o período colonial, os pilares da economia de Angola permanecem centrados no Petróleo e na exploração de diamantes com maior percentagem, sendo que “em 2010, Angola produziu diamantes avaliados em US\$ 955 milhões, passando a ocupar a 4º posição de maior produtor mundial de diamantes, as gemas, a seguir do petróleo passaram a ser o segundo produto de exportação de Angola”. (Marques, 2011, p. 25, *apud* De Matos, 2019, p. 23) e, por outro lado, as apostas passaram a ser feitas no sector da agricultura e indústrias. Posteriormente, o petróleo, diamantes e café, das quais a primeira (o petróleo) passou a representar cerca de 70% do volume das exportações e 60% do PIB. (Santos, 1990, p. 349). Atualmente, o PIB de Angola ainda é dependente do petróleo, apesar das tentativas de diversificação da economia. No entanto, a economia angolana continua bastante dependente das receitas de um único recurso - “petróleo” (Baza, 2021, p. 19).

Desde 1912, o sector diamantífero teve alta, porém, o sector petrolífero tem maior percentagem da dependência econômica do país. Nesta senda, as variações ao nível das importações, infrações cambiais e a desvalorização do Kwanza (moeda de Angola), tem sido o calcanhar de Aquiles da economia Angolana, assim como afirma Baza, (2021, p. 19):

Geralmente os países em que a maior parte das despesas públicas são sustentadas pelas receitas de venda de petróleo, podem apresentar uma forte instabilidade económica durante as crises de preços ou de oferta sofridas no setor. Nos últimos anos, Angola tem verificado enormes condicionamentos nos níveis de crescimento económico, provocados pela queda do preço do mesmo no mercado internacional, que se tem agravado pelo atual problema da pandemia de Covid 19, levando assim a economia angolana a um estado de alerta. (Baza, 2021, p. 19).

8.1.1 Crescimento econômico em Angola

O crescimento económico constitui a base da economia angolana em sua maior fonte de renda, sendo o petróleo. Nesta senda, analisaremos, como evoluiu ou regrediu a situação económica de Angola, desde 2012 a 2022. Segundo Rocha, (2014, apud De Matos, 2019, pp. 23-24), por uma questão de melhor se compreenderem as diferentes etapas de crescimento da economia angolana, considera-se três ciclos após obtida paz definitiva em Angola:

2003-2008, período durante o qual a procura mundial de petróleo e os preços cresceram bastante e proporcionaram receitas significativas ao país. Foi então possível investir na reconstrução/modernização das infraestruturas materiais da economia e dar assim início a uma fase em que, a par das exportações de petróleo, o investimento público se apresentou como o segundo maior fator de crescimento do PIB. O crescimento médio anual foi de 9,8% (Rocha, 2014, p. 5).

Entendemos importante, o recorte deste período de 2003-2008, para entender o processo de reconstrução da economia de Angola, após a guerra civil, observando o seu crescimento económico neste período através do petróleo.

2009 a 2012- Fase em que a grande crise financeira internacional dominou os comportamentos de todas as economias, em Angola determinou uma quebra no investimento público de mais de 21% entre 2008 e 2009. Só se retornando o seu nível anterior em 2012, o principal fator deste ajustamento orçamental em Angola foi a quebra significativa do preço do petróleo no mercado Externo 2013 a 2014- Com certeza, fase em que a grande aposta do governo está sendo o lançamento das bases para a diversificação da economia, assentes no investimento público em infraestruturas, grande parte dos quais apresenta uma velocidade de degradação incomum e prejudicial dos índices de retorno económico das empresas e de utilidade social da população (Rocha, 2014 *apud* De Matos, 2019, p. 24).

Com a crise internacional de 2008, Angola, vivenciou a sua crise económica de igual modo, em função da falta de investimento, e a redução de exportação do petróleo, sendo um dos maiores países com maior ligação nas negociações externas. De 2013 a 2014, houve uma tentativa de crescimento e a segunda crise interna em Angola, cujas alterações no sistema nacional e internacional ainda são vivenciadas, sendo que a crise de 2014, é caracterizada pela alta inflação do preço do petróleo.

O relatório publicado pelo Banco Nacional de Angola (BNA), sobre o comportamento da Inflação no 1º trimestre de 2015, realça que “as últimas revisões efetuadas às projeções para 2015 dão conta de um crescimento real de 4,4% do PIB global, sendo que este acomoda um crescimento real de 7,8% do sector petrolífero e de 2,9% do sector não petrolífero”; As perspectivas apontadas pelo BNA, reduzem em 2,2 pontos

percentuais as perspectivas iniciais de crescimento da economia Angolana. (Salomão, 2015, p. 3)

Já em 2015, a economia Angolana foi conhecida pelos dois sectores, o petrolífero e o não petrolífero. Notificado neste ano, como uma economia em movimento, tal como, podemos observar na tabela abaixo:

Quadro 1 - Fatores do Desenvolvimento Humano de Angola para compreender a cidade de Luanda

Objetivos Nacionais	Indicadores dos Objetivos	Metas dos Indicadores						Medidas de Política Fundamentais
		2010/11	2013	2014	2015	2016	2017	
Prevenção da Unidade e da Coesão Nacional	Índice de Desenvolvimento Humano	0,486	0,49	0,5	0,52	0,53	0,54	Reduzir a taxa de mortalidade infantil e materno-infantil; Implementar 9 anos de escolaridade obrigatória. Acelerar os programas de alfabetização, em particular a nível rural. Reduzir significativamente o índice de pobreza e a taxa de desemprego.
	Taxa de Alfabetização de Adultos (15 ou mais anos)	65,6	67	68,5	70	73	75	Reforçar o programa de alfabetização de Adultos; Implementar um programa específico de alfabetização no Meio Rural.
	PIB Per Capita em USD	5,783	6,469	6,825	7,398	7,954	8,268	Assegurar taxas elevadas e sustentáveis de crescimento do PIB

								essencialmente através da aceleração do crescimento do produto não petrolífero.
	PIB - PRODUTO INTERNO PRUTO DE ANGOLA E OS SETORES ECONOMICOS							
Garantias dos pressupostos básicos necessários ao Desenvolvimento	Taxa de Crescimento do PIB não Petrolífero (Ano Base, 2011)	3,4	7,1	8	8,8	7,5	4,3	promover a competitividade e o Desenvolvimento sustentável dos vários setores da atividade econômica
	Taxa de crescimento do PIB não petrolífero (Ano Base, 2011)	9	7,3	9,7	11,2	9,2	10,4	Assegurar a coordenação entre os investimentos públicos e privados
	Taxa média de Inflação (Ano Base, 2011)	11,4	9	8	7	7	7	Melhorar a coordenação da política orçamental com a Política Monetária e Cambial.
	Nº de Diplomados pelo ensino superior (milhares)	5,7	8	11	14	17	20	Promover o desenvolvimento, a racionalização e consolidação do ensino Superior e implementar o Plano Nacional de Formação e quadros.
Melhoria da Qualidade de Vida	Esperança de vida à nascença	51,1	5,2	52,5	53	54	55	Melhorar os cuidados integrados para redução da mortalidade materna;

								Ampliar significativamente as redes hospitalares.
	Taxa Líquida de Escolarização	77,2	79	80	82	84	85	Assegurar a educação pré-escolar; Garantir a obrigatoriedade e gratuidade até o 1º Ciclo do Ensino Secundário.
	Taxa de acesso ao Saneamento Básico Adequado	59,6	62	63	65	67	70	Elaborar uma estratégia Nacional de resíduos sólidos e urbanos; Promover a construção de infraestruturas de saneamento básico a nível urbano e rural. Atualizar os planos Diretores de água residuais nas cidades capitais de província e das sedes municipais.

Fonte: Adaptado de Banco BIC-Angola: Internacionalização da Economia Angolana (2014, pp. 33-38);

Em função desta tabela adaptada, serve de base para entendermos como a conjuntura nacional de Angola contribui para entendermos a cidade de Luanda olhando para os fatores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano de 2010 a 2017.

Na primeira descrição sobre a prevenção da unidade e da coesão nacional, se percebe a evolução do IDH nesse período, sendo crescente a cada ano que transita, sendo que, em 2021, continua médio na faixa de 0, 586 segundo o Relatório da PNUD (2021), embora não seja, evidência concreta de estabilidade e qualidade de vida em Luanda.

Quanto à educação, o número tem crescido de igual e número de pessoas que aprendem a ler e a escrever, porém, essa visão de alfabetização vai além da escrita e da leitura, pois, a educação implica emancipação e liberdade dos indivíduos enquanto cidadãos do mundo. O que se questiona são os programas de alfabetização que não são visíveis na sua prática, dado que o

sistema educativo e as políticas do estado preveem medidas, porém, não há escolas nem períodos de ensino específico para os adultos e adolescentes em idade escolar.

No terceiro quadro, são apresentadas as variações económicas de Angola, sendo Luanda o centro do país e agente de mobilização da maior parte de renda do país e elaboração de medidas administrativas, registou um grande ganho no processo de exportação de petróleo e desenvolvimento do sector não petrolífero, apesar da crise de 2014, todavia, só em 2017, teve um decréscimo na taxa anual do PIB, de 8,8 em 2015 para 4,3 em 2017, período em que, o sector não petrolífero registou o maior crescimento quando a sua produção.

A taxa de inflação permaneceu a mesma de 2015 a 2017, uma vez que o sistema económico de Angola é de mercado (socialista) centralizado, tendo a sua dependência nas variações dos preços internacionais da sua maior fonte de renda (petróleo). Por conseguinte, esse ciclo de dependência económica de Angola fragiliza o seu orçamento pelas incertezas e previsões da renda a ser arrecadada. Todavia, a esperança média de vida cresceu de 2017 até 2022, bem como, a taxa de escolarização, sendo ainda passível de problematização.

Sobre o sistema educativo de Angola, conforme o censo (2014), “a proporção da população com 6 - 17 anos que nunca frequentaram a escola é de 13,4% em Angola”, apesar de 81,5% frequentarem a escola. Importa lembrar que a população Angolana é de 25. 789. 024, aproximadamente, sendo um número crescente nos últimos 8 anos, dado que o próximo censo será realizado em 2024. O “IDHM Educação: Este índice é usado para medir o nível de escolaridade em determinada idade para o exercício das liberdades individuais e acesso ao conhecimento”. (PNUD, IPEA, FJP, 2013). Ainda sobre a escolaridade em Angola, 76% frequenta o ensino primário, 15,4% com frequência do I ciclo do ensino secundário e 8.3 com frequência do II ciclo do ensino secundário, por fim, a população com 24 ou mais anos com ensino superior concluído é de aproximadamente 234. 676, em Angola.

Quanto a sua renda, “a receita média mensal por pessoa em Angola é de Kz 15.454 por mês. Existem diferenças significativas entre as áreas de residência, sendo que na área urbana a receita média por pessoa é praticamente o dobro da área rural (19,090 Kwanzas e 9,149 Kwanzas, respectivamente)”. (Índice de Receita e Pobreza, 2019, p. 20)

De acordo o artigo 2, do Decreto Presidencial n.º 54/22 de 17 de Fevereiro, que foi elaborado e publicado em 20 de Janeiro de 2022, entrando em vigor em 11 de Fevereiro de 2022, nos apresenta que, em Angola, principalmente em Luanda, o valor de aquisição da população, traduzido como montante fixo do salário mínimo é de 32 181 15 (trinta e dois mil, cento oitenta e um Kwanzas e quinze centavos). (Diário da República, 2022, p. 1794).

Com base neste cálculo é encontrada a média para análise dos resultados preconizados, é necessário apresentar as adaptações feitas pelo Brasil, na aplicação e exploração do IDHM, sendo que o Instituto Nacional de Estatística também usa os seus indicadores segundo a realidade angolana, sendo apresentados neste estudo. Tal como em todo sector nacional de Angola, em Luanda não há exceção, o rendimento médio da população é de 32 mil Kwanzas para as suas despesas correntes, independente do agregado familiar. Por fim, o saneamento básico que dialoga com a visão de Sen (2000) sobre as oportunidades básicas de acesso a um teto (moradia), água, energia elétrica que ainda é reduzida e não expandida a população geral da cidade de Luanda.

8.2 POSSÍVEIS BENEFÍCIOS E DESAFIOS PARA O IDHM NA CIDADE DE LUANDA

O Instituto Nacional de Estatística (INE), (2016) revelou que a província de Luanda é a mais habitada, com 6.945.386 de residentes. A província do Bengo, com 356.641 residentes. A esperança de vida total em Angola é de 60, 2 anos, para os homens a esperança de vida é 57,5 enquanto para mulheres ela é de 63,0. A idade média é de 20,6 anos. (INE, 2016, apud De Matos, 2019, p. 7; Ceita, 2016, p. 32, apud CUMBA, 2017, p. 7). Nesta senda, é notável que em Angola a maioria da população é jovem, embora, a média de vida seja aquém ou além dos 63 anos.

Segundo Guimarães (2013, p. 59), se verificam mudanças contínuas na administração urbana territorial, desde o período da luta de libertação:

Luanda terá aproximadamente 840 km². Assim como a sua área urbana, também a divisão administrativa tem sofrido alterações ao longo da sua história. Consta que em 1960 a cidade encontrava-se dividida em três municípios: o primeiro das Ingombotas, o segundo da Maianga e o terceiro, o Rangel.⁷ Em 1970 é revista a sua distribuição administrativa passando para quatro municípios, mantendo-se no primeiro o município das Ingombotas, o segundo da Maianga, o terceiro representa uma extensão e divisão do Rangel, surgindo em quarto, o Sambizanga. Após a Independência de 1975, o sistema administrativo passa a contar com 9 municípios: Ingombotas, Rangel, Sambizanga, Maianga, Samba, Kilamba Kiaxi, Cazenga, Cacuaco e Viana. Em 2011 foi aprovada a última divisão administrativa da cidade, contemplando sete municípios: Luanda (abarcando os antigos municípios das Ingombotas, Rangel, Sambizanga, Maianga), Viana, Cazenga, Belas, Cacuaco, Icolo e Bengo e Quissama.

Segundo a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), (1985), afirmam que:

Luanda é o principal centro financeiro, comercial e económico de Angola, sendo responsável por cerca de 90% do PIB (Produto Interno Bruto) do país. Ali se encontram sediadas as maiores empresas angolanas e delegações e subsidiárias de várias multinacionais. O porto de Luanda, localizado na baía de Luanda, é o principal porto do país, movimentando mais de 70% das importações e exportações angolanas (petróleo/crude excluído). (UCCLA, 1985).

Nesta perspectiva, se verificou um grande crescimento demográfico na cidade de Luanda, dobrando o número de 6. 000, para 12. 000 habitantes, no século XVIII. (Guimarães, 2013). Ainda no período colonial, a cidade de Luanda cresceu muito, após a independência do Brasil (1822), sendo que, Angola se tornou a joia rara de Portugal, uma vez, que Luanda apresenta os principais portos de embarcação e posteriormente, o aumento do fluxo comercial, com a criação de centros de serviços básicos prestados, como rede de telefonia, postos de saúde, escolas e produção agrícolas, e construção de infraestruturas.

A cidade de Luanda, como centro económico com maior investimento e serviços prestados, tem sido alvo e centro das migrações, por conta disto, é a cidade com maior densidade populacional. Um índice como o IDHM nos coloca a refletir, principalmente a desconstrução sobre a distinção entre desenvolvimento e crescimento económico em determinados municípios, o ensejo de comparar os municípios e melhorar as condições que se devem, em função destas observações, melhorar o processo de implementação das políticas públicas e sobretudo, melhorar o padrão de vida das populações, neste contexto em Angola, começando pela cidade de Luanda que é o centro do país. Apesar dos recursos minerais e do seu crescimento económico, principalmente no centro que é Luanda, a população tem a vida limitada e o tempo curto de viver. “O índice de longevidade relaciona a população com 75 ou mais anos e com o total da população idosa com 65, ou mais anos. Em 2014 este índice era de 34,3”. (Resultados Definitivos do Censo 2014, 2016, p. 42). A esperança média de vida é de 60 anos, diferenciando homens e mulheres, estas com mais três anos acima, e a taxa de mortalidade estimada de 55 a 60 mil nados em 2022.

Os possíveis benefícios da aplicação do IDHM estariam voltados para uma gestão pública mais eficiente que garantisse melhoria no bem-estar da população de Luanda. Iniciando, pelo princípio de conhecer para melhor administrar, os dados sobre as dificuldades de acesso a bens e serviços na cidade de Luanda seriam resolvidas, não simplesmente pela construção de infraestruturas como escolas, hospitais, porém, difícil continuará se não houver mudanças no poder aquisitivo da população, o que demanda diversos processos como a empregabilidade e aproximação dos meios usados para o uso da população, dito de outro modo, as estruturas

estariam próximas às populações e poderiam ser aplicadas de acordo o conhecimento real das necessidades básicas de cada localidade, ou seja, dos diversos municípios da cidade de Luanda.

No entanto, é importante frisar sobre a escassez de informações credíveis sobre as instituições e políticas públicas colocadas à disposição da população, lembrando que só a província de Luanda apresenta administrativamente 7 municípios e seus devidos distritos e comunas. Quanto a educação, se saberia não somente o número de pessoas com ensino médio completo, porém, os cidadãos em idades escolares, com 12 a 17 anos, com frequências às aulas e suas condições de acesso à escola, número de escolas para se analisar os programas de assistência estudantil, a fim, de se criar programas de ações para colmatar as lacunas de governança do estado de forma organizativa, eficaz e precisa.

O mesmo caso se aplica ao sector da saúde, na qual, são avaliados os cuidados prestados, números de hospitais, unidades hospitalares, e sua localização para atender os estados de saúde da população que consequentemente altera a sua longevidade (esperança média de vida), fato ainda impreciso em Luanda, pois, o INE (Instituto Nacional de Estatística) de Angola, apresenta apenas registros limitados sobre Angola e não detalha os aspectos mais delicados que fazem toda diferença na gestão pública. Já a renda tem sido o maior dilema da população, pois, a situação de Luanda por ser a cidade mais cara do país, a sua população encontra diversas dificuldades para se manter, dada ausência deste mapeamento da situação dos seus habitantes e as ações que facilitam esse poder aquisitivo para se alimentar, se abrigar e cuidar da saúde. (INE, 2014).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento humano enquanto liberdade é colocado à disposição da população, sendo os mesmos agentes dessa produção de bens e serviços para garantir o bem-estar. Em Luanda-Angola, a problemática levantada consiste no entendimento da ausência de um estudo próximo para o melhor uso do poder, embora o IDH seja médio (0,586). Diante do recorte temporal de 2012 a 2022, não foi possível aprofundar as reflexões pela carência de dados e informações, fim de apresentar as distinções existentes entre os modelos de governanças de José Eduardo dos Santos (2012-2017), segundo presidente de Angola e o atual, João Manuel Gonçalves Lourenço (2018-2022), bem como, os efeitos da Covid-19, nesta última fase.

Os estudos do desenvolvimento humano em Luanda-Angola encontram-se em andamento partindo do entendimento do conhecimento das necessidades e condições de vida

da população para melhor governar permitindo a melhoria das condições e qualidade de vida da população luandense.

Com este estudo foi possível entender que as oportunidades e liberdades à disposição da população são escassas, uma vez que o número não reflete a população, começando pelo acesso à educação, a prestação dos serviços de saúde que reduz a longevidade, e o reduzido poder aquisitivo da população. Embora durante os 10 anos se tenha uma agenda de governança, o ciclo do índice de desenvolvimento municipal da cidade de Luanda ainda não foi calculado e constitui um objeto interessante para os próximos estudos. Contudo, entendemos a necessidade de mudança de paradigmas para colocar à disposição os serviços e bens a população, através, da ampliação das suas capacidades aquisitivas que demanda um processo de organização e ajustes orçamentárias, de modos que se garante o bem-estar, o acesso ao conhecimento e consequentemente um desenvolvimento humano necessário para os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ATLAS. **Atlas Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 25 de Abr. 2022.
- BAfD e OCDE - Banco Africano de Desenvolvimento e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Perspetiva económica na África**. Luanda. 2005.
- Banco BIC-Angola. **Internacionalização da Economia Angolana**. Lisboa, 2014.
- BARROS, R. P. D.; CARVALHO, M. D.; FRANCO, S. **Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. IPEA. Rio de Janeiro. 2003. (ISSN 1415-4765).
- BAZA, Gerson Francisco. **A Interdependência entre o Crescimento da Economia Angolana e as Receitas do Petróleo**. Universidade Beira Interior. 2021.
- BORELLI, Elizabeth e NETO, Aurélio Sbizzarro. **Uma Síntese dos Indicadores de Desenvolvimento Humano e Sustentabilidade para a Cidade de São Paulo**. Revista Foco/Curitiba. 2022.
- CARVALHO, Maiara Vieira Gomes. **Felicidade Interna Bruta (FIB) e o Desenvolvimento**. Curitiba. 2019.
- CRA, 2010. **Constituição da República de Angola**. Luanda, 2010.
- CUMBA, Miguel António. **Plano Director Geral Metropolitano de Luanda: O agendamento**. Lisboa. Instituto Universitário de Lisboa. 2017.
- De MATOS, José Fernandes. **O processo de desenvolvimento em Angola: causas e consequências no período pós-guerra civil (2002 a 2018)**. São Francisco do Conde. UNILAB, 2019.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Salário mínimo de Angola**. I Série – Nº 32 – DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.
- DW. Angola, o maior devedor africano à China. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-%C3%A9-o-maior-devedor-africano-%C3%A0-china-e-d%C3%ADvida-deve-ser-prioridade-global/a-64256835>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- Figueiredo, A. M.Pessoa, A.Silva M. R. **Crescimento Económico**. Escolar Editora. Lisboa – Portugal. 2005.
- FORTES, Armanda de Fátima Jesus; MAKANDA, N’kanga Pedro João. **Gestão em Angola: Pistas para viver e gerir**. Angola. 2012.
- FURTADO, Celso. **A invenção do subdesenvolvimento. Brasil**. Revista de Economia Política. 1995.
- GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa, coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica –

Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOULART FILHO, Alcides; CHIMBULO, Avelino Euclides da Silva. Política Econômica de Angola de 1975 a 2012: A trajetória da mudança de modelos. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, 2014. In: SERROTE, Wilton. **Política econômica de Angola: uma análise as transformações observadas na economia angolana no tempo da guerra ao tempo da paz.** Dados de África. 2020.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.

<http://www.novojournal.co.ao/sociedade/interior/onu-coloca-angola-nos-paisesdedesenvolvimento-medio-59767.html?>

INE- Instituto Nacional de Estatística. **Censo:** resultados preliminares, recenseamento geral da população e habitação. Luanda, INE. 2014.

INE- Instituto Nacional de Estatística. **Recenseamento Geral da População e Habitação – Resultados definitivos do Censo.** Luanda, INE. Angola. 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Índice de Vulnerabilidade Social. Brasil. 2019. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>>. In: MELO, Peterson Barbosa de. **Dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):** uma avaliação a partir de Amartya Sen em Desenvolvimento como Liberdade. MACEIÓ – ALAGOAS. 2021.

LOPES, Carlos M. **Comércio informal, transfronteiriço e transnacional:** que articulações? 2007.

LOUETTE, Anne; et al. **Indicadores de nações:** uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade à gestão do conhecimento. 1ª ed. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007.

LUANDA. **10 das cidades mais caras.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/turismo/luanda-e-a-cidade-mais-cara-do-mundo-veja-lista-das-10-mais,c388392625237310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso: 02 jul. 2023

MARQUES. Rafael. Diamantes de Sangue Corrupção e Tortura em Angola. Revista: Tintada-China, Composição e Capa: Tinta-da-China Edição: setembro de 2011. In: De MATOS, José Fernandes. **O processo de desenvolvimento em Angola:** causas e consequências no período pós-guerra civil (2002 a 2018). São Francisco do Conde. UNILAB, 2019.

MELO, Peterson Barbosa de. **Dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):** uma avaliação a partir de Amartya Sen em Desenvolvimento como Liberdade. MACEIÓ – ALAGOAS. 2021.

MERCER. Luanda: **Uma das cidades mais caras do mundo.** Acesso em: <https://image.slidesharecdn.com/luandaacidemaiscaradomundo-causaseconsequencias140815103224-phpapp02/75/luanda-a-cidade-mais-cara-do-mundo-causas-e-consequencias-1-2048.jpg?cb=1670047305>. Angola. 2014.

MPOG-Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo federal. MPOG, M. D. P. O. E. G. Uso e Construção de Indicadores no Plano Plurianual. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, DF. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 21 de Jun. 2022.

OCDE, O. F. E. C. A. D. **Organization for Economic Cooperation and Development: core set of indicators for environmental performance reviews; A synthesis report by the group on the state of the environment**. Paris. 1993.

OLIVEIRA, Gilson Batista De. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, v. 5, n. 2, Mai/Ago 2002, p. 37-48.

PNUD, Ipea, FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília, 2013.

PNUD-ONU. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD-ONU. New York, NY, p. 362. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do desenvolvimento humano 2013 (RDH 2013) – **A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado**. 2013.
Relatório da Oxfam. **A Riqueza de Angola: Histórias de Guerra e Negligência**. Angola, 2001.

Relatório de Angola: Estudo exploratório da situação da educação nos países participantes do PCSS-Lusófonos-Programa de cooperação Sul-Sul pelo Direito à Educação entre países Lusófonos. 2015.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017**. Luanda, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento. Angola. 2012.

República de Angola; INE – Instituto Nacional de Estatística. **Relatório de Pobreza para Angola: Inquérito sobre despesas e receitas**. Angola. 2020.

ROCHA, José Manuel Alves da. **As Perspectivas do Crescimento de Angola até 2020**. Luanda: Centro de Estudo e Investigação Científica, 2014.

RODRIGUES, Fernanda, et. al. *European Perspectives on Poverty and Poor People/Pobreza e Perspectivas Europeias*. Frankfurt: Peter Lang. 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Garamond Ltda. Rio de Janeiro, 4ª edição. 2002.

SALOMÃO, Jenísio C. **Economia Angolana em 2015. Um ano a reter!**. Angola. 2015.

SANTOS, A. Carlos. **O direito económico angolano (1975-1989):** Evolução e perspectivas. Estudos de Economia. Vol. X, 1990.

Santos, E. L.; Braga, V; Santos, R. S; Braga, A.M.S. **Desenvolvimento:** um conceito multidimensional. D.R. Desenvolvimento Regional em Debate. Ano, 2, n.1, jul.2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

Série Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil 2013. **O índice de desenvolvimento humano municipal Brasileiro.** 2013.

SERROTE, Wilson Pedro. **O renascimento do pensamento político africano:** desconstruindo as categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento. Brasil-São Francisco do Conde. UNILAB, 2019.

THE WORLD BANK. Recuperação Económica de Angola e os Desafios Futuros. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/publication/angola-economic-update-angola-s-economic-recovery-and-challenges-ahead>. Acesso em: 04 Jul. 2023.

THEIS, I. M.; ALBUQUERQUE, A. B. **Desenvolvimento urbano, pobreza e meio ambiente:** estudo de uma experiência de reciclagem de resíduos sólidos urbanos em Lages, SC. Caxias do Sul, RS. 2003.

UL HAQ, Mahbub. **Reflections on human development.** London. Oxford University Press, 1995. In: PNUD-ONU. Relatório de Desenvolvimento Humano 2019. **Além do rendimento, além das médias, além do presente:** desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD-ONU. New York, NY, p. 362. 2019.

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA). **Cidades de Luanda.** Disponível em: <https://www.uccla.pt/membro/luanda>. Acesso em: 10 de Jul. 2022.

VASCONCELLOS, M. A. S. D.; GARCIA, M. E. **Fundamentos da Economia.** 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VASCONCELLOS, Marco António Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia.** São Paulo. 5 ed. Saraiva, 2014.

VISENTINI, Paulo, Fagundes. **A África Moderna:** um continente em mudanças (1960-2010). Porto Alegre: Leitura XXI, 2010. In: SERROTE, Wilson Pedro. O renascimento do pensamento político africano: desconstruindo as categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento. Brasil-São Francisco do Conde. UNILAB, 2019.

WWF-BR. **Pegada Ecológica do Estado e da Cidade de São Paulo.** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?31606/Estudo-da-Pegada-Ecolgica-de-So-Paulorevela-que-paulistasconsomem-quase-dois-planetase-paulistanos-quase-25>.

ZAU. Filipe. Angola: **Trilho para o Desenvolvimento.** Universidade Aberta 2002, Palácio Ceia-Rua da Escola Politécnica, 1471269-001 Lisboa-Portugal. 2002. In: De MATOS, José

Fernandes. O processo de desenvolvimento em Angola: causas e consequências no período pós-guerra civil (2002 a 2018). São Francisco do Conde. UNILAB, 2019.